



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

RELATÓRIO DO 4º TRIMESTRE DO CONTROLE INTERNO

PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO-
2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

4º TRIMESTRE - 2016

ÍNDICE

I - INFORMAÇÃO

II - INTRODUÇÃO E OBJETIVO

III - FONTES DE CRITÉRIO, PROCEDIMENTOS E ALCANCE

IV - RESULTADO DO CONTROLE

V - CONCLUSÃO





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

I – INFORMAÇÕES

PREFEITO: **JOSÉ AMÉRICO LIMA**
Período do Exame: **02/10/2016 A 31/12/2016**

II – INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao Mandamento Constitucional, e as disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 realizamos o exame das despesas da Prefeitura Municipal de Propriá, relativas ao período de **02/10/2016 A 31/12/2016**, com o objetivo de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como o cumprimento das disposições legais pertinentes.

III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública e com as normas e procedimentos constantes na Resolução n.º 206/2001, de 1.º/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe:

- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal n.º 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações posteriores – Institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

- Lei Complementar n.º 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dão outras providências;
- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no Sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de cálculo;
- Exame de processos de despesas;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Exame de procedimentos licitatórios e respectivos contratos e termos aditivos;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;

IV - RESULTADO DO CONTROLE

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de 02/10/2016 A 31/12/2016 e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

- Contabilidade;
- Obras e Reformas;
- Licitações;
- Patrimônio/Iventário.

CONTABILIDADE

Sistema Contábil sendo atualizado com a emissão dos balancetes.

OBRAS E / OU REFORMAS

Sob a responsabilidade do Poder Executivo, foram iniciadas no quarto trimestre de 2016 obras, as quais ainda estão em andamento.

CONTRATOS E OU PROCESSOS LICITATÓRIOS

DOS CONTRATOS, LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

Analisando-os devidamente, declaramos a sua regularidade, quanto ao aspecto formal.

ALMOXARIFADO

O Almojarifado encontra-se completamente atualizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TC-160/92, com a



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

emissão do "Demonstrativo das Variações Patrimoniais" para fins de compor o Balanço Geral do Poder Executivo.

Mantém o Almojarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques, através de fichas de prateleiras, que acusam o estoque atualizado de cada componente.

PATRIMÔNIO / INVENTÁRIO

O livro de patrimônio encontra-se devidamente atualizados e com as devidas plaquetas numeradas.

V - CONCLUSÃO

Este exame teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais da **Prefeitura Municipal de Propriá**, de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder Executivo, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal n.º 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais; A fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão arquivados por este Setor de Controle Interno, a disposição dos Órgãos de Controle Externo. Conforme Resolução 301/2016 este Controle participou da Transição de Mandato sendo canal de transparência para nova Gestão, expondo as dificuldades financeiras, a precariedade que o setor público vem enfrentando como também a realidade dos bloqueios financeiros ao qual enfrentou a atual gestão. Priorizou-se na conservação do bem público e da importância do planejamento orçamentário da Prefeitura para uma melhor Administração.

Propriá (SE), 16 de janeiro de 2017.

Misslene Moreira dos Santos Bernardo
MISSLENE MOREIRA DOS SANTOS BERNARDO
Secretária de Controle Interno



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao 4º Trimestre de 2016, foi emitido obedecendo a todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a legislação vigente, que rege a matéria, especialmente a Lei Federal nº 101/00 – Responsabilidade Fiscal.

Propriá (Se), 16 de janeiro de 2017.

Misslene Moreira dos Santos Bernardo
MISSLENE MOREIRA DOS SANTOS BERNARDO
Secretária de Controle Interno